

HEILBORN, Maria Luiza. "Ser ou Estar Homossexual: dilemas de construção da identidade social" In: PARKER, Richard e BARBOSA, Regina Sexualidades Brasileiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, p. 136-145.

Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social

MARIA LUIZA HEILBORN

*É a razão que nos abre os olhos;
um erro dissipado nos dá um sentido a mais".
Proust, in Sodoma e Gomorra*

Um debate sobre a afirmação da homossexualidade está em curso na sociedade brasileira [1]. As idéias nele envolvidas podem ser encaradas como um dos sinais da difusão da modernidade no país. A discussão se alimenta de um clima de crescente liberalização dos costumes, publicização dos estilos de vida alternativos associados à sexualidade e de influências que a cultura norte americana exerce sobre grupos ativistas variados no Brasil. O espelho norte americano com suas políticas de identidade, com acirramento de demarcação de fronteiras e lutas por direitos reabtem na sociedade brasileira de modo específico, suscitando aclimações (Parker: 1994). Não é apenas a questão sexual que está em foco; um fenômeno similar acontece entre os movimentos de afirmação étnica. Este artigo pretende contribuir para a análise dos processos de construção das identidades sexuais a partir de uma reflexão etnográfica particular. Ele consiste na exploração dos significados atribuídos por sujeitos sociais às relações homocorporais, privilegiando-se aqui o caso etnográfico de mulheres que mantêm relações sexuais com outras mulheres. Trata-se de um excerto do material presente em Dois é par (Heilborn: 1992, 1995) e apresenta um conjunto de entrevistas e observação participante em universo de camadas médias carioca. Este trabalho também se beneficia de um acréscimo inusitado de material de campo, que se refere a duas entrevistas oriundas da exposição das idéias deste artigo em um seminário. Após minha intervenção, duas moças paulistas vieram me procurar, afirmando terem se identificado com a argumentação desenvolvida e ofereceram um testemunho a respeito do processo de elaboração de identidades sociais/sexuais. Esses dados passaram a integrar a presente discussão bem como as notícias etnográficas presentes na dissertação de mestrado de Carvalho (1995) sobre um universo similar em Belo Horizonte.

Deve-se esclarecer o modo como este trabalho lida com as questões de identidade. Identidade social é aqui entendida e operacionalizada na aceção de um conjunto de marcas sociais que posicionam um sujeito em um determinado mundo social. Não se trata de uma concepção que se baseie numa substância reificada de marcas sociais estáticas, mas antes de uma proposta em que a modelação da pessoa importa simultaneamente em três dimensões. A primeira delas refere-se de fato a existência de um elenco de atributos e traços que constituem classificatoriamente o sujeito, e nesta dimensão pode-se arrolar indicadores como inserção na estratificação social, idade, gênero etc... O segundo nível refere-se ao modo como tal elenco de atributos insere-se num campo de significações sociais em que outros eixos classificatórios estão presentes. Neste plano observa-se uma interrelação dinâmica entre tais eixos, que no entanto estão submetidos a negociações contextuais. E finalmente uma terceira instância se apresenta em que tais marcas se expressam mediante determinados valores, corporificando-se em significados que articulam a imagem de si e a relação com o outro, corporificando a modelagem do ser (ou de um grupo) na vida social. É necessário enfatizar que este processo é simultaneamente exterior ao sujeito e objeto de uma interiorização, movimento este que se aproxima da idéia de habitus em Bourdieu (Bourdieu: 1974). Identidade social é assim a moldura possível onde os sujeitos podem existir e se expressar; um formato que não lhes é propriamente oferecido, porque para tal supor-se-ia que seres sociais pudessem existir previamente à inserção na vida coletiva. Aqui ao contrário, descarta-se a percepção de anterioridade e/ou externalidade dos sujeitos ao mundo das representações

coletivas. Nesse sentido, a identidade social constitui-se na atualização de princípios de classificação social ordenados por valores que fabricam e situam os sujeitos. Uma vez delineada essa premissa de caráter universalista que orienta o olhar sobre os dados, não se deve imaginar que tal escolha teórica resvale no imobilismo de posições e na recusa da mudança. Ela aposta na idéia de que aos sujeitos na modernidade é dado um campo de possibilidades no qual suas escolhas se limitam e se atualizam sobretudo num universo em que, fruto de sua própria ideologia, aposta-se na idéia da opção, impelindo os sujeitos a assim reagirem.

Cumpra agora identificar os processos pelos quais a identidade sexual constituiu-se na cultura ocidental uma das dimensões centrais da identidade social das pessoas. Esta afirmação filia-se a perspectiva construtivista que sustenta que a sexualidade não possui uma essência a ser desvelada, mas é antes um produto de aprendizado de significados socialmente disponíveis para o exercício dessa atividade humana.

O impacto do construtivismo sobre o estudo da sexualidade alterou de modo profundo as análises sobre o fenômeno sexual, ao consolidar a premissa do caráter histórico e culturalmente específico da conduta e enfocando sobretudo as regras sociais que organizam o comportamento sexual. Em especial, a formulação do conceito de roteiro sexual (Gagnon: 1973) consolidou um caminho privilegiado de análise. Vale salientar que essa postura não necessariamente colide com uma perspectiva interpretativa que aposte na idéia de uma anterioridade das representações sociais atribuídas a uma apreciação universalista. O universalismo enquanto marco interpretativo não importa em essencialismo. Pode-se postular um universalismo sem que este seja identificado a uma pesada substancialidade ou univocidade do significado do sexual.

A problemática da identidade sexual ganha sentido e relevância em um contexto histórica e culturalmente delimitado. Ela se ancora e se impregna do lugar que a sexualidade desfruta/ocupa na cultura ocidental como *locus* privilegiado da verdade do sujeito.

Como fórmula geral, Foucault assinala que a história do Ocidente moderno constitui-se na produção de sujeitos referidos a um conjunto de relações sociais cuja significação emana da emissão de um discurso da verdade sobre si mesmos, verdade essa, que se encontra inapelavelmente no sexo. A metamorfose operada constitui-se na passagem da assim chamada simbólica do sangue para a analítica da sexualidade. A proposição insiste que a localização dos sujeitos num mapa social é realizada na modernidade através de uma explicitação desejante das pessoas, ou seja a escolha de determinadas práticas sexuais revelaria a natureza dos indivíduos, situando-os frente aos outros. Esta forma de classificação veio deslocar parcialmente o esquema de inserção social anterior que situava os sujeitos a partir de seus laços nas redes de parentesco. Outro elemento importante na análise da História da Sexualidade I é a demolição da tese da repressão sexual. Investindo contra as crenças difundidas, Foucault propõe que não se trata de repressão, mas de uma incitação permanente ao discurso do sexo. É por obra dessa grande transformação que a identidade sexual, por intermédio das categorias de heterossexualidade e homossexualidade, passa a ser tão fortemente relevante. Passa-se a conceber uma faceta identitária motivada por uma orientação erótica espontânea que define a divisão das pessoas em categorias socialmente significantes (cf. Weeks, 1985).

A difusão dessas categorias, próprias do saber médico-psiquiátrico do século XIX, integra-se como parte do dispositivo da sexualidade e da colocação do sexo em discurso (Costa 1992) e do qual a política de identidade, em especial através do coming-out seria um dos desdobramentos mais recentes desta mesma diretiva. Tal qual o homossexual do século XIX, personagem produzido por uma classificação médica-psiquiátrica, a homossexualidade que se erige neste ativismo (e no coming-out) endossa a representação reificada de uma sensibilidade especial, que onipresente não permite colocar entre parênteses jamais a sexualidade do sujeito. Ela está presente nele todo:

subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas (Foucault: 1977: 43).

O contexto:

O aparecimento de novas elaborações para identidades sexuais não é uma novidade na sociedade brasileira. Mudanças observadas nas três últimas décadas, associadas a uma acelerada modernização na área dos costumes assinalam o surgimento de novos códigos relativos à sexualidade em geral e a homossexualidade em particular. A difusão da própria categoria homossexual representa no país uma modificação da tônica interpretativa dos atos homoeróticos (Fry: 1982). Sua disseminação assinala a fragilização da hegemonia do modelo tradicional, que orquestrado por uma oposição de gênero e fundado numa lógica significativa da atividade/passividade, admitia somente para o passivo uma classificação estigmatizante. O modelo moderno preconiza a dissolução da distinção de gênero, postulando simetria entre os parceiros, ainda que os nichos sociais em que ambos os modelos operam não sejam os mesmos [2]. A principal expressão desse fenômeno localiza-se entre as camadas médias e altas dos grandes centros metropolitanos.

Esse novo quadro sem ser diretamente debitável a, articula-se com mudanças na dinâmica econômica do país, caracterizada por forte concentração de renda, emergência de um mercado de consumo sofisticado, redução da família em tamanho, ampliação da educação superior e crescente importância da comunicação de massa. Há ainda a concomitante eclosão do movimento de liberação de mulheres e homossexual. Esse cenário encerra o espraiamento entre os segmentos de camadas médias (cf. Velho: 1985; Salem: 1989; Russo: 1993) da ideologia igualitarista que vem ganhando espaço no país, contrapondo-se ao caráter tradicional da sociedade brasileira. Os traços mais proeminentes de tal ideário explicitam-se na contestação da distinção de gênero como conformadora da unidade e dinâmica conjugais, na afirmação da liberdade do exercício da sexualidade para os dois sexos fora dos parâmetros de uma relação estável, na proliferação de arranjos conjugais, na ampla aceitação do divórcio e também da maternidade voluntária fora do casamento.

Este artigo detém-se sobre aspectos que tocam a elaboração de identidades sexuais; considera um universo simbólico marcado pelo espraiamento do igualitarismo, cujo recorte social são as camadas médias de "perfil moderno". Este perfil pode ser sintetizado numa determinada configuração de valor que concatena três princípios éticos: a psicogenicidade, a igualdade e a mudança, segundo a proposta interpretativa de Salem (1989), aqui adotada. Tais princípios configuram linhas mestras de leitura do mundo que se exprimem concretamente em normas e comportamentos de valorização da singularidade e liberdade individuais, de afirmação da homossexualidade como estilo de vida, e do abandono da coabitação como regra. Com esta descrição sustenta-se que as mulheres "homossexuais" aqui analisadas enquadram-se em um determinado universo de valores que transcende a orientação sexual e que é dentro destes marcos que se podem entender suas formulações a respeito da construção de suas identidades [3].

Um outro ponto significativo diz respeito ao modo como encaram suas relações amorosas. O modelo de vida conjugal que adotam acompanha uma cultura que se estende para além das fronteiras da composição sexual do par. Integra-se a um padrão compartilhado por homens e mulheres de camadas médias, nos segmentos em que vige o paradigma igualitário. A moldura mais abrangente que concerne à formação do casal é dada pelo amor romântico, ainda que se possam observar alguns nuances entre as três possibilidades combinatórias dos casais [4]. O par igualitário tem sua origem explicada por um encontro psicológico singular, apoiado na crença de um sentimento amoroso, e que por esta razão almeja extirpar outras considerações que não as motivadas pelo sentimento. A ordenação simbólica desta unidade sociológica esteia-se na indiferenciação entre os membros, o que na prática cotidiana espelha uma acerba reivindicação de

equanimidade na divisão das tarefas domésticas. Distribuição dos deveres que a (eventual) convivência possa impor e acento na não-dependência econômica entre os parceiros constituem aspectos importantes dessa unidade. Em razão disso as parcerias obedecem estritamente uma tendência à homogamia social, traduzindo-se na similaridade da inserção de classe e de capital cultural (Bourdieu: 1974) entre os parceiros. Uma característica marcante deste casal é a expectativa de que seja capaz de engolfar os sentimentos de solidariedade e arrebatamento sexual. O par é assim inflacionado por grandes expectativas, concentrando grande número de trocas em si, que em seu momento de formação, dominado pelo signo da "paixão", tem o seu momento de glória. No espaço médio de dois anos a motivação emocional que lhe deu origem é descrita como mudando de tom e se tornando "amor", o que significa dizer que perde o seu colorido passional e adquirindo feições de rotina.

O casal compreende apoio psicológico, companheirismo, e certa regularidade de relações sexuais, mas sobretudo precedência sobre as demais relações. A primazia frente a outros vínculos requer e promove um funcionamento de casal achado em uma delegação mútua de autoridade. Feição que aliás como outras encerra uma realidade supra-individual e enseja um contrato, não necessariamente consciente, que chancela uma dependência recíproca entre os parceiros e reclama certos rituais de confirmação da unidade conjugal. A estas dimensões soma-se a de ser um espaço de educação dos sentidos na aceção de regramento de gestos e emoções, que configuram a "intimidade". Tal como vivenciada pelos nativos é um processo de inversão a um conjunto de regras que demarcam distância física e psicológica, resultando em um acesso ao corpo do outro que ultrapassa em qualidade às experiências que o ato sexual propicia. Reflete uma proximidade do corpo alheio que se desdobra para além do contexto erótico, abolindo, em sentido amplo, barreiras que norteiam o contato físico entre pessoas. A intimidade assinala uma compressão da distância estrutural entre os indivíduos estabelecida pelas regras de etiqueta, e que se torna altamente reveladora da existência de casais mesmo quando seus integrantes pretendem esconder o fato do vínculo conjugal.

Este trabalho, como já foi dito, apóia-se sobre material etnográfico relativo a mulheres que mantêm relações amorosas estáveis com outras mulheres, sem que a classificação de homossexual seja a predominante em suas definições de vida. Mais ainda, a própria dimensão da identidade sexual não se mostra encompassadora na constituição de suas identidades sociais. A fórmula expressa no título deste artigo é retirada da fala das entrevistadas e representa uma formulação corrente entre determinados segmentos sociais (cf. Portinari: 1989 e Muniz: 1991). Explorar o sentido expresso na distinção ser/ estar homossexual é um dos propósitos deste ensaio, salientando-se o modo como se constrói um lugar particular para a identidade sexual na elaboração da identidade social dos sujeitos em apreço. Dito de outro modo, essas nativas não elegem o fato de preferencialmente manterem relações sexuais/amorosas com parceiros do mesmo sexo como um elemento definatório de suas identidades (cf. Mott, 1987).

Este quadro tem suscitado uma viva discussão em parte dos atores engajados com o movimento de afirmação homossexual. A afirmativa de que a declaração explícita da orientação homoerótica não é considerada necessária, e sobretudo, é entendida como limitadora das potencialidades dos indivíduos desperta suspeitas com frequência atribuídas ao medo do estigma, à covardia diante das convenções sociais, a uma estratégia calculista de anonimato, ou ainda à falta de solidariedade para com seus "iguais". O discurso, que este artigo traz como ilustração etnográfica, ao contrário, se organiza em torno da afirmação de que o sexo do parceiro não é relevante para o entendimento da relação, e que a escolha sexual do presente (ou do passado) não significa reconhecer-se como essencialmente homossexual – uma vez que os caminhos do desejo são obscuros e inescrutáveis são os seus desígnios – e, ainda, que privilegiar a dimensão erótica de sua apresentação no mundo é empobrecedor. Estamos diante de um debate que recorta o politicamente correto para os grupos militantes e os que são chamados de alienados.

Mas quem são essas mulheres? O perfil etnográfico da pesquisa (Heilborn: 1992) que serve de base integra indivíduos pertencentes às camadas médias na faixa etária dos 35-45 anos. São profissionais liberais, economistas, sociólogos, artistas plásticos, arquitetos, moradores da zona sul, a mais privilegiada da cidade do Rio de Janeiro. Todos já tiveram mais de um relacionamento duradouro. Compartilham do ethos intelectual, psicanalizado, o que no Brasil está associado à modernidade, e são adeptos de uma moral liberal e, eventualmente, vanguardista, característica de certos segmentos de camadas médias urbanas. Do conjunto inicial de 32 pessoas entrevistadas, mediante o método de entrevistas longas do tipo histórias de vida, com roteiro aberto, obedecendo a indicação dos integrantes de duas redes sociais em que a identidade sexual não é o vetor de constituição, oito mulheres mantinham relações com parceiras. Havia casos de pessoas que haviam tido relações homossexuais e no momento da entrevista encontravam-se vivendo conjugalmente com parceiros de outro sexo.

O depoimento de duas moças, respeitadas as convenções de uma entrevista, é a segunda fonte de inspiração. Elas têm aproximadamente 30 anos, esguias, os gestos de uma delas lembram ainda os de uma menina, ambas são médicas e moram em São Paulo. Uma delas frequentou um grupo lésbico em São Paulo, mas abandonou-o. A principal alegação é de que a incomodava ver todas as dimensões da vida das pessoas explicadas pela sexualidade. Também a irritava o modelo de lésbica a ser seguido, um estilo, segundo ela, masculinizado sem uso de adereços ou de saias curtas [5]. A narrativa começa com a identificação com a questão exposta de como a identidade sexual pode não ser o elemento relevante, mas desdobrou-se para a descrição da cerimônia de casamento com que tinham selado a união delas. Descrevo a cena tal qual me foi narrada. O intuito disso é assinalar como é possível sustentar-se uma tal posição – celebrar um par amoroso homocorporal – e ao mesmo tempo recusar o rótulo de homossexualidade.

O casamento é um ritual celebrado por três oficiantes mulheres. Elas se vestem de preto como mini vestidos e meias de seda, completam a indumentária com coturnos, escolha proposital para embaralhar a definição de gênero. Véus de renda vermelha nos cabelos. Duas noivas sem altar; completando o ritual de inversão de uma cerimônia matrimonial, postam-se de frente para o público, as oficiantes estando de costas para a platéia. Assistência é composta por elementos das famílias de ambas e colegas de trabalho de um espaço profissional que as duas compartilham. Elas ressalvam que só os mais íntimos foram convocados.

Apesar de terem promovido um ritual para celebrar a coabitação, ambas afirmam que não se identificam como homossexuais. O discurso acentua que estão no momento vivendo com uma pessoa do mesmo sexo, mas isto não define suas identidades. Não descartam a possibilidade de virem a ter parceiros homens. Na história de vida dessas duas entrevistadas registram-se um noivado e uma coabitação com parceiros masculinos em cada uma delas. Ainda assim para a celebração convocam parentes para que compartilhem o ato de estarem morando juntas.

O material aportado por Carvalho (1995) não é tão unívoco quanto os dois precedentes. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada em Belo Horizonte com mulheres numa faixa etária mais larga (de 20 a 50 anos) e cujo recorte é o fato de todas elas terem tido histórias amorosas e conjugais com homens previamente ao momento da pesquisa, em que mantêm relações com mulheres. O grupo não apresenta um perfil homogêneo de ethos, contudo, Carvalho assinala uma característica apontada por outros trabalhos que se refere à elaboração visual/gestual de certos universos lésbicos. Sua etnografia indica a prevalência de um padrão “gatinha” entre as mulheres, cuja lógica, mais do que propriamente a adequação estética, pode ser atribuída à busca de um afastamento do modelo tradicional de lésbica. Neste modelo ordenado por uma diferença de gênero, o par se estrutura na figura da *fancha*, e de seu personagem oposto: a *lady*, que encarna o pólo feminino nessa díade. Este casal reproduz o binômio masculino-dominação-atividade sexual versus feminino-submissão-passividade sexual, estruturador do modelo hierárquico do gênero e da identidade sexual na sociedade brasileira. Entretanto, observa-se a disseminação de estilos de vida

que apostam em um modelo simétrico, cuja expressão é o embaralhamento dos atributos de gênero. Existe nesses segmentos um enorme apelo à diferenciação frente às outras mulheres homossexuais, e onde a postura corporal e a indumentária expressam um diálogo com essas imagens veiculadas sobre o par lésbico. Trata-se de um fenômeno, assinalado pela imprensa brasileira (Palomino, 1995), que foi cunhado como *lesbian chics* e que para além da aposta feminina na escolha de roupas e gestos das duas parceiras, almeja dissipar qualquer possibilidade identificatória da performance sexual das envolvidas.

Estamos diante de processos e dilemas de constituição de identidade que ganham sentido apenas dentro do individualismo moderno. Um quadro simbólico desenhado sobre a premissa da singularidade dos indivíduos que aposta na singularidade e de sua exterioridade social. Trata-se de uma concepção de pessoa, que enseja um distanciamento crítico frente às convenções sociais e torna plausível crer que tudo é determinado pelo social menos o próprio enunciante da fala. É uma flagrante ambivalência, mas é dela que resulta esse discurso sobre identidade sexual. Mantê-lo em perspectiva ajuda a esclarecer como é possível em determinados contextos entender-se como homossexual e em outros não. O desafio colocado para a análise é entender a não linearidade da significação; o permanente deslocamento do sentido em termos situacionais, afastando a interpretação de uma inconsistência da postura discursiva por parte desses (as) nativos (as). Presencia-se, nesse caso, o fato mais geral de as identidades sociais não se constituírem de modo linear, nem necessariamente explícitas. Nessa configuração da pessoa nem tudo é solar; é possível deixar na sombra, não nomeadas certas dimensões da construção de si e uma delas é o espaço entre o desejo e a elaboração de uma identidade sexual marcada. Esse hiato não é vazio; é construído pelo princípio ético de compromisso com a mudança, que integra / estrutura o universo de valores em exame.

O quadro se toma ainda mais complexo quando nos deparamos com as estruturas sociais que tendem a cingir esses movimentos de liberdade do sujeito (e leia-se tal afirmativa como uma crença nativa), trazendo de modo patente injunções que denunciam impasses da ideologia individualista moderna. O constrangimento que a relação com certas instâncias sociais como família, vizinhança e trabalho produz, toma patente acertos e acomodações no modo de administração da identidade sexual. Assim, as escolhas explicitam-se como opções limitadas a um campo de possibilidades.

Deixar não dita publicamente a existência de um parceiro requer esforços regulares e, de certo modo, consistentes para encobrir ou a minimizar o vínculo. Uma área sensível é representada pelos colegas de trabalho. O equilíbrio entre revelação e segredo estrutura a idéia corrente de que não se deve dar satisfações sobre com quem se mantém vínculos amorosos, sobretudo em ambientes de trabalho considerados conservadores. Esse modo de funcionamento, em que a escolha individual deve ser respeitada como esfera pessoal sem a consideração da opinião alheia, sobretudo a de não iguais -os que não aderem a mesma ideologia -é exemplificada na declaração de uma entrevistada: "Eu me interessar por certos traços de uma pessoa (que diríamos psicológicos) e não pelo seu sexo", Mas as instâncias que recaem fora da margem de escolha dos sujeitos (como sua rede de sociabilidade) atuam na direção de fazer com que tal discurso esbarre em definições distintas de realidade em que a homocorporalidade do par não pode ser tão minimizada. Decorre dessas situações um enfrentamento conjuntural que tende a definir situacionalmente como administrar o estigma social, seja pelo despistamento mais ou menos contínuo, ou seja, pela atribuição de menor significado "ao que os outros pensam".

Outra esfera de possíveis atritos é aquela que inside sobre as relações com o local de moradia e rotina doméstica, representadas pela vizinhança, porteiros e empregadas domésticas. A presença mais ou menos constante de uma mesma pessoa, do mesmo sexo, seja em visitas ou na coabitação, e a ausência de parceiros masculinos provoca a especulação sobre a vida amorosa-sexual. A relação com indivíduos que pertencem a mundos sociais distintos é uma outra fonte de enfrentamento. As mulheres são levadas a se defrontar com a classificação de que são separadas ou solteiras e possuem "amigas" regulares e a manipularem tais significados. Uma narrativa do

diário de campo ajuda a ilustrar a situação: Duas mulheres estão deitadas na cama e ouvem pela porta entreaberta a empregada de uma delas conversar com uma amiga do prédio: "Como é sua patroa, ela tem filhos, e essa moça que vem sempre aqui é colega dela?", A interlocutora retruca: "ah, é colega sim, colega, muito colega". Na solução desta cena, está a decisão da patroa de ignorar o comentário de sua empregada e continuar a se apoiar na identidade de desquitada com filhos. O exemplo ilustra como a relação com essas categorias de pessoas obriga a um permanente diálogo e reflexão sobre o modo da classificação social operar e em particular o modo como o estigma é agenciado.

No universo considerado, os depoimentos apontam para uma não-uniformidade da relação com a família. Encontram-se situações em que os pais, e mais freqüentemente os irmãos, conhecem a situação conjugal. Mas não é imperativo que os parentes estejam colocados a par da escolha do parceiro, e estratégias de ocultamento e revelação se alinham lado a lado. Uma delas é a de estabelecer de modo acentuado a distância entre os assuntos da vida do par do envolvimento com a esfera familiar, mantendo separadas as duas instâncias. Com freqüência se depara com um discurso que valoriza como uma qualidade das relações homossexuais a possibilidade de colocar a família do cônjuge entre parênteses, condição percebida como mais complicada para o caso dos casais heterocorporais. Os pares homocorporais, uma vez que não são plenamente reconhecidos, adquiririam uma flexibilidade maior perante a instância familiar e ao controle que esta exerce na manutenção do vínculo.

De certa forma, ainda que não estejam em pauta casos dramáticos, os episódios obrigam a esses sujeitos a refletirem sobre a ação dos constrangimentos sociais sobre suas escolhas, impelindo-os a se defrontarem com as implicações das mesmas. Contudo, o contraste que as ações adotadas revelam com o modo como discursam sobre a elaboração de suas identidades sexuais não os obriga a renegarem ou nuançarem a percepção de sua "homossexualidade". Coexistem, assim, formas não lineares de lidar com a administração da identidade sexual, o que explica a fórmula ser / estar homossexual.

NOTAS

[1] O presente artigo é uma versão modificada da apresentação realizada no Seminário sexualidades brasileiras em janeiro de 1995. Ela se beneficiou não só dos comentários proferidos na ocasião, em particular de Luiz Fernando Dias Duarte, como do tempo decorrido entre a exposição e esta nova versão. Assim há referências neste artigo que vieram a público seis meses passados do seminário. Elas serviram de estímulo à revisão a que submeti o texto. Um destes estímulos foi a entrevista de Luiz Mott às páginas amarelas da VEJA, 1 de junho de 1995 edição 394 ano 28. n.22, a propósito das discussões ali contidas sobre a revelação da "condição homossexual".

[2] Estou me utilizando da distinção proposta por Fry entre moderno e tradicional, agregando-lhe um sentido suplementar que é aquele oriundo da proposição de Louis Dumont sobre dois grandes modos contrastivos de agenciamento do social: a hierarquia, que corresponderia à designação tradicional, e o individualismo, que remete ao termo moderno.

[3] Tal perfil é inteligível nos termos da operância da ideologia igualitária que se sustenta na indiferenciação valorativa entre as entidades sociais. Assim o apelo para a indiferenciação entre as identidades sexuais (expressa na reivindicação de direitos por grupos homossexuais) é similar em seu arcabouço de princípios éticos ao que se passa no campo das relações entre os gêneros, e mesmo no fenômeno de retirada da ênfase sobre a classificação assentada sobre a orientação sexual.

[4] Ver Heilborn (1992 e 1995) a propósito das diferenças que aparecem nos casais heterossexuais, gays e lésbicos em um contexto igualitário.

[5] Uma informante canadense comentou de que para ela chamava atenção no Brasil era justamente a possibilidade das mulheres homossexuais poderem ser femininas, dentro do modelo igualitário. Segundo ela no Québec e em Nova Iorque, onde morara, prevaleceria uma homogeneização da conduta corporal das mulheres no sentido do afastamento da feminilidade. Ela destaca uma maior versatilidade na cultura brasileira, e no caso específico o uso de pintura e saias curtas.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, P. (1974) *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- BOZON, M. e LERIDON, H. (1993) "Les constructions sociales de la sexualité", *Population*, ano 48, n.5. Paris, set.out [1173-1196].
- CARVALHO, T. (1995) Caminhos do desejo: uma abordagem antropológica das relações homoeróticas femininas em Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado, Depto de Antropologia UNICAMP, mediu.
- COSTA, J. F. (1992) *A inocência e o vício – estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- DUMONT, L. (1979) *Homo Hierarchicus*. Paris: Gallimard.
- _____. (1985) *O individualismo -uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- ELIAS, N. (1990) *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FOUCAULT, M. (1977) *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1990) *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FRY, P. (1982) *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.
- GAGNON, J. (1973) *Sexual conduct. The social sources of human sexuality*. Chicago: Aldine.
- HEILBORN, M. L. (1992) Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário, Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ.
- _____. (1995). "Vivendo a dois: arranjos conjugais em comparação", *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), pp.143-156.
- MOIT, L. (1987) *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- MUNIZ, J. (1992) *Mulher com mulher dá jacaré, uma abordagem antropológica da homossexualidade feminina*, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro.
- PALOMINO, E. (1993) "Os anos 90 trazem lesbian chics", *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 17.08.1993.
- PARKER, R. (1991) *Corpos, prazeres e paixões. A cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller.
- _____. (1994) "Sexo entre homens: consciência da AIDs e comportamento sexual entre homens homossexuais e bissexuais no Brasil", in PARKER et. al. (orgs) *A AIDs no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ABIA, IMS/UERJ, pp.129-150.
- PARKER, R. e CAGNON, J. (orgs) (1994) *Conceiving sexuality: approaches to sex research in a postmodern world*. Nova York / Londres: Routledge.
- PORTINARI, D. (1989) *O discurso da homossexualidade feminina*. São Paulo: Brasiliense.
- RUSSO, J. (1993) *O corpo contra a palavra*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará /UFRJ.
- SALEM, T. (1989) "Casal igualitário: princípios e impasses", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 9, vol 3. Rio de Janeiro.
- VELHO, C. (1985) *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- WEEKS, J. (1985) *Sexuality and its discontents*. Londres: Routledge and Paul Kegan.